

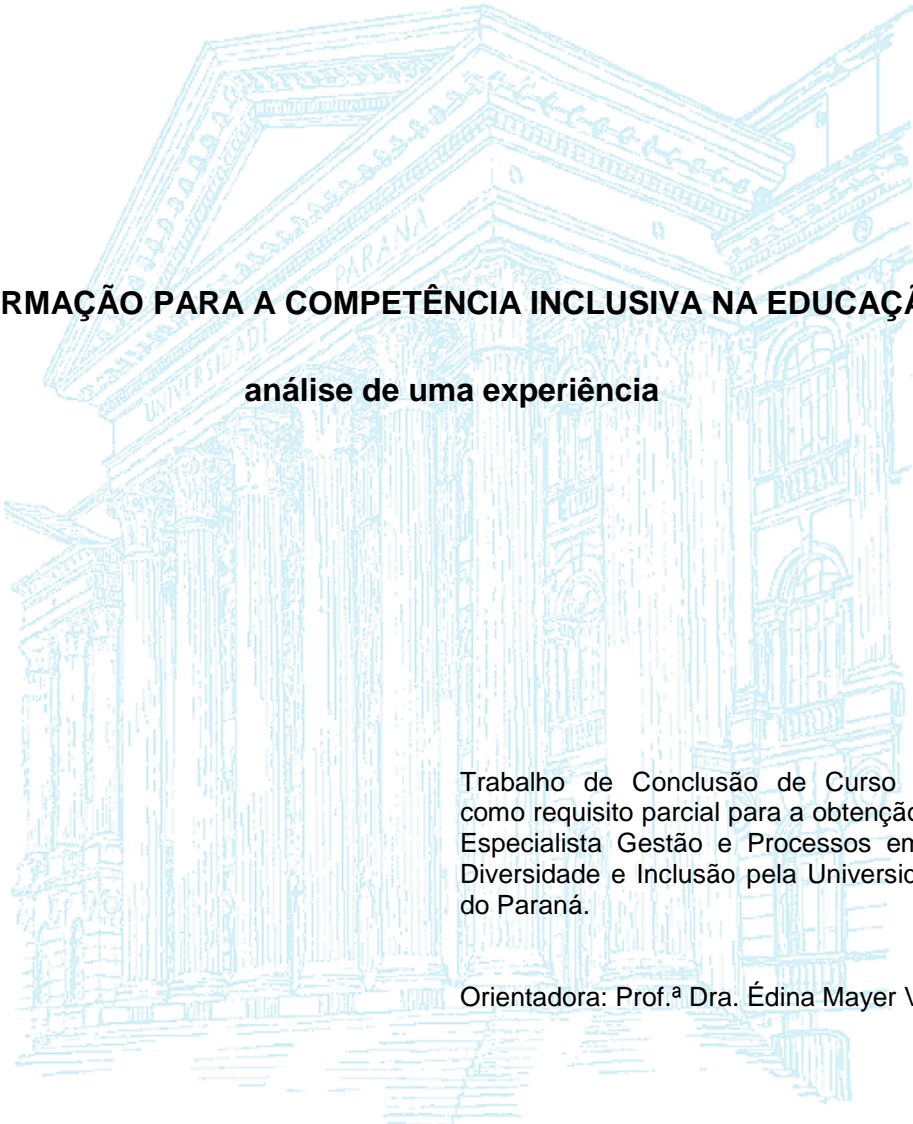
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

CRISTIANE DE OLIVEIRA BRAGA

**FORMAÇÃO PARA A COMPETÊNCIA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO:
análise de uma experiência**

MATINHOS
2015

CRISTIANE DE OLIVEIRA BRAGA



**FORMAÇÃO PARA A COMPETÊNCIA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO:
análise de uma experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Édina Mayer Vergara

MATINHOS

2015

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

Aos treze dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala temática Diversidade e Inclusão os membros da banca examinadora: Edina Vergara (orientador), Silvana Cássia Radler e Maurício Cesar Antônio Lounder para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: Christiane de Oliveira Braga

, sob o título: Formação para a competência inclusiva na Educação.

Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito APL.

Nada mais havendo a tratar, eu Edina Mayer Vergara (orientador) lavrei a presente ata, a qual será assinada pelos membros da banca.

Edina Vergara
 Orientador

[Assinatura]
 Avaliador 1

[Assinatura]
 Avaliador 2

[Assinatura]
 Cursista

AGRADECIMENTOS

À Deus por seu amor, me concedendo saúde para concretizar meu projeto de vida, demonstrando que sou capaz de aprender e melhorar minha carreira profissional.

Aos meus filhos Luan e Breno e meu marido Jair, pelo apoio e carinho nas dificuldades que surgiram incentivando-me a seguir em frente.

A minha amiga Prof.^a Elisabeth Rodrigues Campos pelo incentivo e companheirismo que fizeram parte da concretização deste sonho.

À minha orientadora Prof.^a Dra. Édina Mayer Vergara, pelo carinho, compreensão, sugestões e paciência durante o desenvolvimento deste trabalho e os demais professores do curso que nos despertaram para novas possibilidades em prol de uma educação de qualidade e inclusiva.

Aos cursistas que me deram a oportunidade de multiplicar o que aprendi, mas ao mesmo tempo aprendi muito com eles, e esse aprendizado contribuiu para o meu crescimento educacional e humano.

BRAGA, Cristiane de Oliveira¹
crisoliveira_braga@hotmail.com

VERGARA, Édina Mayer²
edina1308@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise da educação inclusiva, com o relato de uma experiência vivenciada durante a multiplicação do curso de Especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, realizada na UFPR Litoral em Matinhos - PR, proporcionando momentos de reflexão e ampliação dos conhecimentos docentes em relação aos processos de diversidade e inclusão. Promovendo a troca de experiências pedagógicas que funcionaram no cotidiano das práticas educativas das escolas públicas, entre os professores da Associação de Pais e Amigos do Excepcional - APAE, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais, para com os alunos do 1º e 2º ano do curso de Formação de Docentes. A metodologia utilizada durante a citada formação destacou o estudo da legislação e de fundamentos teóricos bem como de metodologias inovadoras desenvolvidas através de dinâmicas, oficina de jogos inclusivos, palestra com profissionais especializados na área da Saúde compartilhando processos de gestão, experiências positivas ou fragilizadas, a formação continuada que problematizou dúvidas e aflições com as quais se deparam os professores no imenso campo da inclusão. Esta vivência permitiu concluir que a formação continuada é um potencial em si, mesma para uma vivência inclusiva e de empoderamento docente auxiliando no cotidiano inclusivo na escola, fortalecendo-a desde a inclusão das demandas do professor, visando à qualidade da educação.

Palavras-Chave: Formação Docente. Escola Inclusiva. Experiências Compartilhadas.

¹ Pedagoga pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR VIRTUAL). Professora da Educação Básica de Matinhos (PR) e aluna do curso de pós-graduação GPEDI - Gestão e Processo em Educação, Diversidade e Inclusão.

² Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Docente Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral e orientadora no curso de pós-graduação GPEDI – Gestão e Processo em Educação, Diversidade e Inclusão.

ABSTRACT

This article presents an analysis of inclusive education, with the account of an experience during the multiplication of the specialization course in management and processes in education, diversity and Inclusion, held at UFPR Coastline in Matinhos-Paraná, providing moments of reflection and extension of knowledge teachers in relation to processes of diversity and inclusion. Promoting the exchange of educational experiences that ran in the daily educational practices of public schools, among the teachers of the Association of parents and friends of exceptional-APAE, early childhood education, elementary school of the initial and final years, with the first and second year students of the teacher training course. The methodology used during the training highlighted the legislation study and theoretical foundations as well as innovative methodologies developed through dynamic, inclusive Games Workshop, Lecture with specialized professionals in healthcare management processes, sharing positive experiences or failures, the continuous formation that discussed the questions and afflictions with which they face the teachers in the vast field of inclusion. This experience allowed the conclusion that continuing education is a potential itself, same for an inclusive experience and teaching empowerment assisting in daily life at school, including strengthening the since the inclusion of teacher's demands, aiming at the quality of education.

Keywords: teacher education. Inclusive School. Shared Experiences.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo identificar e descrever experiências de professores em formação em seus processos de gestão inclusiva, seus indicadores e práticas considerando as leis, princípios e implicações didático-pedagógicas e político-administrativas no contexto nacional das Políticas Públicas Educacionais para a Educação Inclusiva.

Destacam as percepções e as vivências dos professores e gestores da rede pública municipal e estadual de Matinhos-PR, e de alunos do curso Formação Docente (antigo Magistério) durante a formação continuada realizada no segundo semestre de 2014, semanalmente aos sábados com duração de oito horas/aula tendo início em 19/07/14 e término em 01/11/14, em relação ao processo de desenvolvimento do professor e dos alunos envolvidos com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em classes regulares.

Segundo Bulgarelli (2011), “quem tem medo da diferença e se sente ameaçado por ela, não se dispõe ao encontro, á transformação, á afirmação do que se é e do que o outro é para construir algo novo, um novo lugar, um ponto de chegada que não é o mesmo, mas outro”. Dessa forma, é preciso colocar-se no lugar do outro, para sentir na pele as dificuldades, medo e dúvidas que o outro tem, através de situações reais.

Para a inclusão se concretizar, é necessário mobilizações em vários âmbitos, como o político, o social e o institucional, por isso, fortalecer aproximações entre as escolas e suas comunidades, o poder público e sociedade civil organizada para cooperação e socialização de saberes e recursos otimizando em rede as suas funções sociais é muito importante. Pois a questão da inclusão não pode ser tomada como responsabilidade unicamente do professor.

Com base nas informações acima e a partir dos relatos dos cursistas recolhidos durante as atividades, dinâmicas e oficinas, procurei demonstrar na continuidade deste trabalho algumas experiências pedagógicas inclusivas, que puderam contribuir positivamente com os participantes do curso para auxiliá-los no ambiente escolar. E ao mesmo tempo, como forma de diagnosticar e expor os resultados vivenciados.

A primeira etapa deste artigo apresenta algumas das leis nacionais que abrangem as políticas públicas voltadas para práticas escolares inclusivas que envolvem o ensino regular e especial. Com uma escola que respeite o tempo de

aprendizado e a forma de como o aluno aprende, na construção de uma aprendizagem significativa.

Na segunda etapa, a autora descreve experiências vivenciadas juntamente com cursistas e profissionais colaboradores deste projeto que contribuíram compartilhando seus conhecimentos teóricos e práticos que desenvolvem dentro de algumas instituições públicas e particulares com pessoas portadoras de necessidades especiais.

A terceira etapa evidencia a importância da união de profissionais de áreas diferenciadas, compartilhando seus conhecimentos com os professores para auxiliá-los em dificuldades existentes ou que venha a se apresentar futuramente em sua sala de aula. Sugerindo também, algumas atividades para serem realizadas com os alunos que possuem alguma necessidade especial em algumas disciplinas curriculares.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Desafios da inclusão frente à formação docente e as políticas públicas educacionais

O sistema educacional inclusivo brasileiro está fundamentado na Constituição Federal/88, que garante a educação como um direito de todos, e no Decreto Nº. 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), assegurando o direito de pleno acesso à educação em igualdade de condições com as demais pessoas. Apoiando a necessidade de transformação das práticas de ensino comum e especial, construção e reconstrução das escolas brasileiras adaptadas para a garantia da inclusão e diversidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) estabelece que o ensino especial deva passar da escola básica até o ensino superior, garantindo aos alunos a presença de intérpretes, tecnologia assistiva e outros recursos em sala de aula comum. Assegurando o acesso, a permanência e a continuação dos estudos com qualidade, exigindo do Estado o total cumprimento dessas leis educacionais.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), a educação especial constitui uma modalidade de ensino não substitutiva à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação. O Decreto Nº. 6.571/2008 define o Atendimento Educacional Especializado - AEE e institui o financiamento, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para a oferta do AEE aos alunos matriculados nas classes comuns do ensino regular da rede pública, através de salas de recursos multifuncionais.

A Resolução nº 4 (BRASIL, 2009) em seu Art. 13 descreve as atribuições do professor de AEE:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Dessa forma, ao analisar essas atribuições fica evidente que o professor do AEE é o intermediador da política de inclusão nas escolas sendo essencial na efetivação da educação inclusiva.

Pois quando o AEE é realizado na escola em que esse aluno estuda, reafirma o seu papel de oportunizar a inclusão, pois os seus problemas são tratados e discutidos no dia-a-dia escolar, com a contribuição de toda a sua equipe de ensino comum e especial.

Para BUENO (2005), a formação de professores e a qualificação do ensino para crianças com necessidades educacionais especiais na construção efetiva de uma educação inclusiva, envolve dois tipos de formação profissional, a dos professores de ensino regular e a dos professores especializados nas diferentes “necessidades educacionais especiais”, quer seja para o atendimento direto a essa população, quer seja para o apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos.

Assim, os professores devem ser capazes de analisar os atuais conhecimentos dos alunos, elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, usar diferentes formas de avaliar para diagnosticar as dificuldades, e então reformular seu planejamento aprimorando a aprendizagem desses alunos.

Porém, muitas são as opiniões e divergências a esse respeito, os profissionais criticam a falta de recursos financeiros para realizarem cursos específicos voltados para as diversas necessidades especiais, porque quando se formaram não havia este tema na grade curricular do ensino e concretização das leis nacionais no que diz ao direito desses alunos o acesso a materiais didáticos e ambientes realmente adaptados.

Pois a nova LDB, dá atenção específica à questão dos professores e procura valorizar o magistério, estabelecendo critérios de ingresso e falando da necessidade do plano de carreira nas instituições que seja assegurado ao profissional da educação:

"o aperfeiçoamento continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado"; um "piso salarial profissional"; a "progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho"; um "período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga [horária]"; e "condições adequadas de trabalho" (art. 67).

Então, a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino preocupados com a qualidade da educação, para que os mesmos possam se tornar aptos a novas práticas de ensino voltadas para a inclusão de alunos com necessidades especiais, aproximando o conteúdo da formação às suas expectativas e dificuldades, fazendo-os refletir e ter consciência dos benefícios, tanto para os alunos, a escola quanto para seu desenvolvimento profissional.

2.2 Compreender o lugar do outro

No primeiro momento de contato com os cursistas, fizemos um sorteio para divisão dos mesmos em três grupos com aproximadamente 17 alunos, onde posteriormente em cada grupo foram desenvolvidas atividades sobre módulos diferentes, Metodologia Inovadora na Inclusão, Metodologia Inovadora na Educação Infantil e Educação no Campo, sendo coordenada individualmente por uma professora da multiplicação do curso.

Propusemos na primeira aula em um único grupo a apresentação ao grupo na terceira pessoa, onde cada uma de nós (tutoras do curso) narramos nossa história desde a infância, falando da família, dificuldades financeiras e de socialização, sonhos conquistados. Em seguida cada um dos cursistas se colocou na terceira pessoa como um narrador da sua própria história, todas as histórias foram emocionantes e intensas o choro foi inevitável, percebemos que foi muito difícil fazer o papel de “narrador”, mas foi um momento de reflexão para vermos que antes de julgar alguém temos que se colocar no lugar dela, sentir na pele suas dificuldades e como essa pessoa enfrenta os obstáculos que encontra.

Num segundo momento, os grupos foram divididos em salas separadas e inicie a aula com a exposição do vídeo “Construir uma Escola Inclusiva – Tijolos de Sonhos”, em seguida foram formados grupos com quatro pessoas, cada grupo recebeu duas questões sobre o vídeo, que após respondê-las socializaram as respostas oralmente possibilitando uma discussão da formação do conceito de inclusão e diversidade. Um dos grupos respondeu as seguintes perguntas: “Vocês já

ouviram a expressão Escola Inclusiva? O que sabem sobre isso?” através do seguinte relato:

R: Já ouvimos falar muito sobre a “Escola Inclusiva”, mas sabemos a parte teórica, como por exemplo, documentação e a avaliação feita pra descobrir problemas quando não é visível. Mas é de fundamental importância que se diagnostique a deficiência logo cedo, antes do aluno terminar o fundamental inicial, pois no Estado (PR), ou seja, fundamental final é difícil encontrar especialistas, e ainda há dificuldades para adaptação do espaço físico para acolhimento desses alunos tendo apenas professor de apoio chamado professor PAC. Porém, no município de Matinhos (PR) existem algumas escolas com infraestrutura adaptada, banheiro para cadeirante, rampa, computador adaptado e professor que atende os alunos inclusos em horário de contra turno, em sala multifuncional utilizando material diferenciado para promover a aprendizagem desses alunos. (Selma, Priscila, Elisabeth e Cristina, 26/07/2014.).

Após as discussões, realizei uma dinâmica no grupo que já estava formado para trabalhar o conceito de Inclusão/ Exclusão e Diversidade, sendo amarrada uma faixa na cabeça de cada um, com a escrita de um tipo de deficiência, por exemplo: cadeirante, cego, surdo, mudo, autista, dislexo, etc. E também sobre a diversidade cultural; índio, negro, idoso, etc. Porém, cada pessoa não sabia o que estava escrito na sua faixa, somente quem estava a sua frente, não podendo este falar o que estava escrito.

Todos os grupos começaram a andar pela sala e em contato com cada pessoa lia a faixa e tinha uma reação, sendo esta de inclusão (oferecendo ajuda ou se comunicando através de gestos) ou de exclusão (fugindo com medo ou repúdio). Através destes comportamentos, cada um poderia ou não descobrir o que estava escrito na sua faixa.

Os cursistas participaram com muito entusiasmo, esboçaram criatividade nos gestos, utilizaram uma cadeira para uma aluna que estava com a faixa de cadeirante se sentar e a empurraram pela sala, ofereceram o braço para o deficiente visual se apoiar. Em seguida, fizemos um círculo para que todos falassem se foi fácil ou difícil descobrir o que estava escrito em cada faixa, a maioria conseguiu descobrir com facilidade, apenas três pessoas não descobriram devido à reação de exclusão, quando leram suas faixas saíram de perto e não ofereceram ajuda, então ficaram surpresas e pensativas sobre o que estava escrito.

Os que conseguiram descobrir, disseram que foram recebidos muito bem, mas os que não conseguiram ficaram indignados e chateados com a forma de como foram tratados. Neste momento, abordamos a questão de como um aluno se sente

na sala de aula quando um aluno ou até mesmo um professor tem uma atitude parecida com esta? A de exclusão? Foi um momento de reflexão sobre a dinâmica e de como se colocar no lugar do outro, todos comentaram que não tinham pensado desta forma e que muitas vezes as atitudes erradas afeta uma pessoa para o resto da sua vida, afetando seus sentimentos, sua autoestima e a sua socialização com outras pessoas.

Além desta atividade, construí um jogo da velha adaptado para deficientes visuais, sendo o tabuleiro e as peças em EVA e alto relevo, onde em duplas jogaram com os olhos vendados duas partidas, alguns alunos demonstraram muita habilidade e destreza em movimentar as peças e ganharam o jogo sucessivamente. No entanto, outros tiveram grande dificuldade de lateralidade, memorização e coordenação motora fina.

Porém a maioria deles disse que admiram muito os deficientes visuais, sua habilidade sensorial para se locomoverem em lugares em que ainda não tem nada adaptado, e de como cada vez mais estão se tornando independentes conseguindo até cursar uma universidade e prestar concurso público, sendo que muitos que não possuem esta deficiência, não se interessam em adquirir conhecimentos.

Em seguida, distribuí um artigo impresso sobre Inclusão e Diversidade, onde Bulgarelli explica separadamente o significado de cada uma delas, após a leitura oral por cada um dos alunos da turma, realizamos a discussão da relação do vídeo, das dinâmicas com o texto, com comentários de que passar por essa experiência foi muito significativa, diferente e construtiva.

Estas atividades foram desenvolvidas para que os alunos pudessem imergir no contexto educacional e social da inclusão e diversidade, tendo um novo olhar sobre esta questão, com reconstrução de conceitos e vindo de encontro ao que Bondía (2002, p. 24) afirma:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Para viver bem na sociedade, o sujeito da experiência precisa antes de tudo conhecê-la e, principalmente, conhecer a si mesmo, estruturando assim uma relação de respeito e realização individual e social.

Na segunda etapa do curso, foi apresentado um vídeo com jogos de Celso Antunes (1998), educador brasileiro, atuante em todos os graus de ensino, baseia-se na teoria de Howard Gardner (e outros) referente às inteligências múltiplas. Antunes produziu um livro denominado “Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências”, fruto de sua experiência por 40 anos, direcionada aos profissionais da educação; o livro contém 368 jogos passíveis de serem utilizados no ensino fundamental inicial e final.

A Teoria das Inteligências Múltiplas, segundo Antunes (1998) permite ao professor um olhar sobre a imensa diversidade dos alunos, expressando seus conhecimentos através do desenho, de jogos pedagógicos, da construção de figuras, música, teatro e dança.

Essa teoria aponta a avaliação como forma de inclusão social, se tem um aluno que não sabe que tem dúvidas ou que não se expressa com a turma, avalio para entender o que pensa suas habilidades motoras e cognitivas tentando auxiliá-lo a adquirir progressos significativos no desenvolvimento da aprendizagem superando suas dificuldades pessoais.

Em seguida, foi sugerido aos alunos que se dividissem em grupos e escolhessem uma das atividades apresentadas que possa ser adaptada de acordo com um determinado conteúdo para confecção durante o horário do curso e aplicação no ambiente escolar.

Cada grupo escolheu uma instituição escolar para aplicar o jogo que confeccionou, registrando com fotos o que vivenciaram com os alunos e posteriormente apresentaram através de slides o resultado do seu trabalho para os outros grupos da turma, com reflexão dos pontos positivos ou negativos que tiveram para realizar o jogo.

1

¹ Howard Garner, psicólogo americano, professor e pesquisador da Universidade de Harvard (EUA), passou 20 anos com sua equipe pesquisando elementos que culminaram numa recente concepção científica da mente (teoria das inteligências múltiplas), elaborada a partir da década de 1980, a qual sustenta que cada indivíduo possui pelo menos sete tipos de inteligências que incluem as dimensões linguística, lógico-matemática, espacial musical, sinestésico-corporal, intrapessoal e interpessoal.



FOTO 1: JOGO DA VELHA COM EVA
FONTE: A AUTORA (2014)

Os cursistas participaram ativamente e o resultado foi maravilhoso, conforme relato da experiência de uma aluna:

“No meu ponto de vista como atendente e instrutora na educação especial, consegui entender que só faltava este eixo na inclusão (a diversidade), para ajudar a conscientizar cada um de nós, que de mãos dadas com o conhecimento temos força para lidar com as situações do dia-a-dia, encaramos os obstáculos como desafios, mas a técnica que desenvolvemos com os alunos em sala de aula nos dá o direito de dizer que somos vencedores e nós devemos lutar pela permanência da construção do conhecimento.” (Maria Helena Martins, 23/08/2014).

2.3 Práticas educacionais bem sucedidas em inclusão escolar

De acordo com algumas deficiências, distúrbios e transtornos apresentados em muitas crianças que passam a frequentar a escola, tornaram-se muito difícil para o professor trabalhar com esses diagnósticos. Dessa forma, buscamos parcerias entre profissionais experientes nestas áreas para ministrar palestras com os seguintes temas e sugestões:

- “A inclusão no contexto escolar”, com formas de se trabalhar com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- “Fonoaudiologia e o contexto escolar”, explicando a diferença entre dificuldade de aprendizagem e distúrbios (faz parte da vida da criança, tem alguma disfunção neurológica), o método fonovisuoarticulatório (boquinhas) para crianças com dificuldades na fala.

- “Comunicação Alternativa”, utilizada na APAE de Guaratuba (PR) pelos educadores, com demonstração e socialização dos materiais que foram confeccionados entre os grupos com espaço para debates.

Vivenciamos ainda, a história de vida de uma pessoa surda, que não nasceu assim, mais que quando ainda criança levou um susto, com um animal e afetou a audição e a fala passou a infância, a adolescência sem estudar, enfrentou muita dificuldade para se comunicar com as pessoas, mas na fase adulta aprendeu a Língua dos Sinais ofertada por uma entidade religiosa e seus três filhos falantes aprenderam a linguagem dos sinais pra se comunicarem com a mãe. Sendo a filha mais velha a intérprete da mãe para relatar esta história, e nos lugares que a mãe precisa se comunicar pra resolver diversas situações. Atualmente, ela voltou pra escola, para ser alfabetizada por uma professora que possui formação em Educação Especial e usa a linguagem de sinais.

Possibilitamos o acesso a vários documentos oficiais orientadores fornecidos pelo MEC, como forma de diminuir a falta de recursos e informações de acesso às transformações necessárias dentro das escolas que envolvem a acessibilidade. Sendo estes: Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível, Nota Técnica Nº 41 / 2012 / MEC / SECADI / DPEE, Documento Orientador Programa Escola Acessível 2013.

No término do curso, recebemos uma Especialista em Baixa Visão que fez uma palestra sobre os principais sintomas físicos do aluno, tais como: esfregar excessivamente os olhos, franzir a testa, fechar e cobrir um dos olhos, balançar a cabeça ou movê-la para frente ao olhar para um objeto próximo ou distante, levantar para ler o que está escrito no quadro negro, copiar do quadro negro faltando letras, tendência de trocar palavras e mesclar sílabas, dificuldade na leitura ou em outro trabalho que exija o uso concentrado dos olhos, piscar mais que o habitual, chorar com frequência ou irritar-se com a execução de tarefas, tropeçar ou cambalear diante de pequenos objetos, aproximar livros ou objetos miúdos para bem perto dos olhos, desconforto ou intolerância à claridade.

Para que o aluno com baixa visão desenvolva algumas atividades devem ser adaptadas, a apresentação de vídeo requer a descrição oral de imagens, cenas mudas e leitura de legenda simultânea. Os desenhos, os gráficos e as ilustrações devem ser representados em relevo ou descritos oralmente.

As atividades de educação física podem ser adaptadas com o uso de barras, cordas, bolas com guiso etc. O aluno deve ficar próximo do professor, atividades que envolvem expressão corporal, dramatização, arte, música podem ser desenvolvidas com pouca ou nenhuma adaptação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido a partir de nossa vivência, convivência e experiência pessoal e profissional. Procuramos explicitar ideias, conceitos, sugestões e princípios norteadores de uma ação educativa voltada para o respeito e a valorização das diferenças entre os que aprendem e os que ensinam.

Percebemos maiores dificuldades por parte dos professores que atuam em escolas estaduais em se trabalhar com a inclusão devida à falta de recursos do governo estadual, para adaptação interna e externa dos espaços físicos dessas instituições.

Partimos do princípio de que o desejo de ensinar e de aprender, a postura de observação, indagação e investigação constantes bem como a valorização e a aceitação das diferenças são fatores importantes que repercutem positivamente na elaboração do conhecimento e internalização do mundo exterior.

O empenho do professor na sala de aula mostrou-se importante durante o desenvolvimento deste trabalho. A criança não tem condições, sozinha, de percorrer o caminho do aprendizado, mas, se estimulada com motivação, demonstração, assistência, fornecimento de pistas, instruções, ela poderá encontrar o caminho.

Com uma educação inclusiva, contínua e efetiva na vida das crianças, conseguiremos formar futuros cidadãos comprometidos com suas identidades culturais, bem como de adultos conscientes de sua história e da importância em preservá-la.

Este trabalho confirmou que a Educação Inclusiva precisa da concretização das políticas públicas nacionais, de mobilização dos pais e da sociedade sobre os políticos que elegeram, cobrando resultados nestes serviços.

A escola que antes não tinha tantos alunos com deficiência, agora, precisa garantir atendimento a todos, e tem que se preparar para receber estas pessoas, que possuem os mesmos direitos, precisa aprender e, mais que isso, de se relacionar.

Além disso, a capacitação profissional precisa ser adequada à inclusão, por quem tem a experiência prática do chão da sala de aula com parcerias integrando a educação com a saúde e assistência social, a autonomia na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos abordando uma gestão inclusiva de acordo com a sua realidade escolar.

Desta forma, defendo uma equipe multidisciplinar itinerante em cada Secretaria de Educação, seja municipal ou estadual com mais de um fonoaudiólogo, psicopedagogo, psicólogo e neurologista para atender os encaminhamentos das escolas com mais rapidez e avançar na aprendizagem dos alunos inclusos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Práticas em Inteligências Múltiplas I**. São Paulo: ATTA Mídia e Educação, 1998. 1dvd (1h) son, color.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ. n.19. Rio de Janeiro jan./abr. 2002

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? [s.l, s.n], 2005. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/art_crianças_com_necessidades_ee.asp. Acesso em 17/01/2015.

BULGARELLI, Reinaldo. **Inclusão e Diversidade**. Disponível em: <http://diversossomostodos.blogspot.com.br/2010/11/inclusao-e-diversidade-de-reinaldo.html>. Acessado em 30/06/14.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acessado em: 16/09/2014.

BRASIL, [Lei Darcy ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.45 p. – (Série legislação ; n. 118) .Atualizada em 20/5/2014.

CIBEC/MEC. **Inclusão: Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial**. v. 5, n. 1 (jan/jul) - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

_____. CNE. CEB. **Resolução n. 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17009&Itemid=913).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos** / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. – (pontos e contrapontos)

VICENTE, Andréia. **“Construir uma Escola Inclusiva – Tijolos de Sonho”** / Catarina Roberto, Inês Alexandre, Sofia Fragoso. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dqpkZ0Gz59Y>. Acessado em: 27/06/2014.

